
*Entre bombas de dinamite e ramalhetes de flores:
interfaces das identidades operária e de gênero na
Porto Alegre na virada para o século XX**

*Isabel Bilhão***

Resumo: O artigo procura analisar as influências das relações de gênero na construção da identidade operária em uma sociedade marcada, tanto pelo predomínio masculino no mundo produtivo e na organização operária quanto pela incipiente incorporação do “elemento feminino” ao mercado de trabalho na cidade de Porto Alegre, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Abstract: This study has analyzed the gender relation influences on the construction of the working class identity in a society where the masculine genre has been prevailed on the productive world and on the working class organization and where there has been an initial incorporation of the *feminine element* to the work market in the city of Porto Alegre in the end of the XIX century and the first decades of the XX century.

Palavras-chave: identidade, gênero, movimento operário.

Key words: identity, gender, working movement.

Um dos pontos marcantes do período em questão é o fato de que a maioria dos aproximadamente cinco mil trabalhadores de Porto Alegre era de homens e imigrantes europeus (PESAVENTO, 1988, p. 69-70), dominando, tanto a vida produtiva quanto a incipiente organização operária da cidade, formando aquilo que Bourdieu definiu como “a ordem masculina”, ou seja, uma visão de mundo “tão profundamente arraigada que não precisa de justificação: impondo-se como auto-evidente,

* Este artigo é parte de doutorado: Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 a 19200); realizada no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

** Professora no Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul. *E-mail:* bilhao@cpovo.net

universal” e tendendo “a ser tida como certa em virtude da concordância quase perfeita e imediata que estabelece entre, por um lado, estruturas sociais, como as expressas na organização social do espaço e do tempo e na divisão social do trabalho, e, por outro, nas estruturas cognitivas inscritas nos corpos e nas mentes”. (BOURDIEU, 1998, p. 18). Dessa forma, se a construção dos papéis de gênero no interior do mundo do trabalho deve ser sempre considerada – como afirma Joan Scott (1992, p. 87) – de forma relacional, por outro lado, ao menos no que diz respeito ao período e à sociedade em questão, ela está longe de poder ser considerada igualitária.

Uma das opções analíticas possíveis, na observação dessa “ordem masculina”, relacionada à construção da identidade operária, diz respeito às reiteradas situações de violência ocorridas no interior do mundo do trabalho. Isso não significa, obviamente, que a violência seja por si e isoladamente um fator definidor dos papéis de gênero, mas que ela pode ser uma “via de acesso” à compreensão da construção da identidade masculina relacionada à identidade operária, primeiro ponto a ser analisado neste artigo.

Essa análise levará em conta, portanto, alguns exemplos nos quais diferentes categorias profissionais masculinas, em diferentes circunstâncias, protagonizaram cenas que romperam os limites da lei e da ordem e fizeram uso de/ou ameaçaram atitudes violentas, tanto em suas reivindicações quanto em sua convivência cotidiana. Uma hipótese, nesse caso, é a de que a identidade operária, não raras vezes, confundiu-se com/e reafirmou o papel masculino através do protagonismo ou da ameaça de ações violentas.

Iniciarei por um dos mais conhecidos exemplos dessa posição, o discurso do *Tribuno* Carlos Cavaco,¹ durante a greve geral de 1906² – momento que marcou sua estréia na liderança das hostes operárias. Segundo o *Petit Journal*, no dia 23 de setembro, acompanhado de uma comissão de oito operários, Cavaco seguiu de sua residência até a Praça da Alfândega, onde se realizava um *meeting*. Eram quatro da tarde e, secundado por Xavier da Costa, o estreado líder operário iniciou um inflamado discurso para uma “forte massa popular”. Nele, além de atacar “impiedosamente a relapsa burguesia”, demonstrou alguns de seus conhecimentos sobre o movimento operário internacional, falando sobre “o movimento operário na Alemanha e as pequenas conquistas do proletariado francês”. Finalizando o discurso em tom dramático, aconselhou o operariado a resistir fisicamente “contra as exigências dos

potentados exploradores” e afirmou que ele estaria disposto a morrer nas barricadas “pela causa proletária ao lado de sua espingarda”, não deixando de frisar que “o proletário, para conseguir reclamar os seus ideais, era necessário reclamá-los com um ramo de oliveira numa mão e na outra, se preciso fosse, uma bomba de dinamite”. (*Petit Journal*, 24/9/1906, p. 2 e *A Luta*, 29/9/1906, p. 2). Em relação a esse discurso, Benito Schmidt esclarece:

Talvez devido ao seu vínculo mais afetivo e estético do que propriamente ideológico com o socialismo, Cavaco foi o único líder da greve a aconselhar, publicamente, o uso da violência contra os patrões. Ao pregar a violência revolucionária e condenar a política eleitoral, o militante pode ter granjeado as simpatias de alguns anarquistas. Entretanto, na continuidade de sua trajetória, Cavaco – provavelmente influenciado por Xavier da Costa – acabou revendo essas posições, e passou a defender o uso de meios pacíficos – sobretudo a formação de um partido político – para a conquista da emancipação do proletariado. (SCHMIDT, 2002, p. 227).

Embora concordando com o autor, penso que esse discurso pode fornecer mais algumas pistas sobre o comportamento dos espectadores, pois Cavaco, mesmo sendo iniciante nas lides operárias, não era inexperiente nas relações com o público porto-alegrense e parece-me que, mais do que simples bravatas ou frases de efeito, o que o orador pretendia era “falar a mesma língua” de sua audiência e – julgando pela notoriedade do discurso e pelas repetidas menções de que o público havia lhe respondido com aplausos entusiastas –, ao que parece, ele alcançou seus objetivos.³

Aliás, os dados biográficos de Carlos Cavaco tornam-no uma das figuras públicas mais emblemáticas dessa construção da masculinidade relacionada à impetuosidade e à valentia, reforçadas quando de seu engajamento nas lutas operárias. Por outro lado, esses traços associados à identidade masculina também podem ser encontrados entre os participantes anônimos de greves, que defendiam a idéia de que a violência era uma forma legítima de resgatar a fidelidade e a honradez ao movimento.

Um exemplo, nesse sentido, foi publicado no *Jornal do Comércio*, também no período da greve de 1906. Naquele momento foram

entrevistados, em um bonde da cidade, alguns participantes do movimento. Eles afirmavam que não sabiam ao certo o motivo de terem entrado em greve, mas, que “nel[a] permaneceriam devido ao formal compromisso contraído” e que, se porventura alguns dos chefes do movimento dele se afastassem, “havia quem se encarregasse de liquidá-los”. (*Jornal do Comércio*, 14/10/1906, p. 1).

Portanto, a concepção de que os traidores deveriam ser “liquidados” não era um dado inédito no movimento operário da cidade e, anos mais tarde, um jovem padeiro chamado Leopoldo Silva parece ter se valido dessa prerrogativa ao emboscar e matar a tiros um colega que não havia, em 1919, aderido a uma greve de sua categoria. Esse caso oferece uma série de informações que ajudam a perceber, ainda que filtradas pelo discurso jurídico, algumas características das vivências operárias e das identidades de gênero da época. Por esse motivo, passarei a seguir a valer-me em grande medida do processo-crime⁴ instaurado contra Leopoldo.

Segundo o Promotor Público, Leopoldo Silva tomou parte ativa na greve dos padeiros, sendo designado para vigiar os companheiros que não aderiram ao movimento. Na manhã do dia 16 de maio de 1919, cumprindo sua missão, colocou-se, logo cedo, na esquina das ruas Voluntários da Pátria e Vigário José Inácio, local próximo à *Padaria Piccini*, onde trabalhava o padeiro português Antônio Rodrigues Lopes, que não havia aderido à greve. Nesse local, momentos mais tarde, Leopoldo viria a assassiná-lo. Tudo teria ocorrido rapidamente: Antônio, “ao passar pelo local em que se achava Leopoldo Silva, foi por este interpelado sobre a greve e, de súbito, sem mais nem menos, Leopoldo Silva sacou o revólver e detonou-o duas vezes, de surpresa, contra a sua infeliz vítima, prostrando-a sem vida”.

Em seguida, Leopoldo Silva teria fugido pela rua Vigário José Inácio, ameaçando, “de revólver em punho, a quem lhe pretendesse embargar os passos”, dirigindo-se à rua da Cadeia Velha, n. 25, “onde resid[iam] diversas mulheres de vida airada”. Estava ele ainda nesse local quando Alice Ferreira Lima, Edelmira Marques, Efigênia Alves Machado, moradoras do prédio, mandaram chamar a polícia, sendo efetuada sua prisão.

Na época do crime, Leopoldo estava com 20 anos de idade, e os dados fornecidos pelo Promotor, bem como seu depoimento e os das testemunhas de defesa e acusação, deixam entrever algumas das facetas,

tanto das vivências quanto dos códigos de honradez e masculinidade que permeavam sua vida e a do grupo ao qual pertencia.

No dia seguinte ao crime, Leopoldo (já preso) prestou seu primeiro depoimento ao juiz distrital, Dr. Valentim Aragon. Nele, contou que, tendo se encontrado com Antônio Rodrigues Lopes, interpelou-o sobre se estava ou não trabalhando, ao que esse lhe havia respondido que não mais. A seguir teria ocorrido um desentendimento entre os dois, porque Leopoldo teria duvidado de que Antônio não estivesse furando a greve, “porque nas greves anteriores ele sempre foi do partido oposto ao dos grevistas”. A justificativa para os disparos foi a de que Leopoldo tivesse receado uma agressão por parte de Antônio, pois o segundo seria “muito mais forte”.

Após praticar o crime, Leopoldo, como já foi dito, fugiu para uma casa de meretrício, de onde foi denunciado pelas moradoras. Os dados retirados dos depoimentos dessas mulheres ajudam a compreender alguns aspectos das relações identitárias nas quais estava envolvido o protagonista dessa história. Assim, Maria Madalena, a primeira depoente, foi apresentada como uma mulher de 23 anos, branca, casada e meretriz. Ela contou ao delegado que, na noite anterior ao crime, estiveram reunidos em sua casa Leopoldo Silva, Arnaldo Prates da Silva, Annibal de tal e um outro de quem ignorava o nome, conversando sobre a greve. Leopoldo teria dito “que haviam de vingar-se de seus colegas, padeiros, que trabalhavam”.

Maria Madalena confirmou, alguns dias mais tarde, todas as informações prestadas, sendo que a única informação modificada foi a de sua profissão, não sendo mais apresentada como meretriz, mas como doméstica, situação que se repetiu com todas as mulheres envolvidas no caso, que passaram a ser apresentadas da mesma maneira.

A segunda depoente, Edelmira Marques, contou ao delegado que mandou chamar a polícia porque desconfiou do nervosismo de Leopoldo quando ele, ainda muito cedo, chegou à sua casa. Da mesma forma que as outras, Edelmira, por ser analfabeta, não pôde assinar seu depoimento.

No desenrolar do *processo*, alguns dos colegas de trabalho de Leopoldo serviram como testemunhas de defesa. O primeiro depoente, Ovídio Silveira dos Santos, ao ser perguntado se na noite anterior ao crime havia se encontrado com Leopoldo, respondeu que o tinha visto, mais ou menos às quatro da madrugada, bastante embriagado, no botequim denominado *Boulevard*, “em companhia de outros, que também bebiam e saíram em seguida de auto”. Mas, quando foi perguntado

sobre os antecedentes do acusado, respondeu que o conhecia há sete ou oito meses e ele “sempre foi trabalhador e honesto”.

De forma ainda mais enfática, Antônio Faria respondeu, quanto ao comportamento de Leopoldo, que o conhecia há aproximadamente um ano e que ele era “muito trabalhador, estimado dos patrões e dos companheiros e muito honesto”. E, confirmando a versão da testemunha anterior, informou que, na madrugada que antecedeu o crime, esteve presente, juntamente com Leopoldo e outros colegas de trabalho, em um Cabaré – provavelmente o local de trabalho, ou a “casa” de Maria Madalena – conhecido por *Boulevard*, e que todos teriam saído “pela madrugada, um pouco embriagado[s] em um auto”; e informou ainda que “na noite anterior a esta, o acusado estivera num cabaré à rua São Pedro, onde também bebera regularmente em companhia de outros grevistas”.

A terceira testemunha de defesa, Ignácio Machado, reafirmou os bons antecedentes de Leopoldo, dizendo que o conhecia há dois anos e que ele era “um moço muito honesto e trabalhador”. Confirmou ainda que soube que ele “e outros estiveram de farra no botequim da rua Três de Novembro e dali saíram de auto para o arrabalde de São João”, e que encontrou Leopoldo naquela madrugada, porém, não quis falar-lhe “porque ele achava-se bastante embriagado”.

Embora esse caso não possa ser tomado como definidor de um padrão, justamente por tratar-se de um crime, um momento de excepcionalidade, no qual as normas sociais e jurídicas foram quebradas, parece-me que alguns dados desses depoimentos podem ajudar a compreender um pouco mais as regras de convivência, sociabilidade e os códigos de conduta que norteavam a vida de Leopoldo, de seu grupo de amigos e, talvez, de outros operários da capital gaúcha.

Os depoimentos revelam que Leopoldo e seus amigos eram jovens – as idades variavam de 20 a 29 anos –, nascidos no Rio Grande do Sul, solteiros e, provavelmente, ocupantes de funções subalternas nas padarias da cidade. Em suas falas, o “cabaré” aparecia como um local de encontro, de sociabilidade do grupo, como um “espaço do masculino”,⁵ onde eles podiam travar as mais variadas discussões, aí incluídas as greves e os papéis a serem desempenhados pelos participantes do movimento. No caso de Leopoldo, a vigilância dos “fura-greve”.

A situação de alcoolismo, reiterada nos depoimentos, não se apresentava, aos olhos dos depoentes, como um motivo desabonador da conduta de Leopoldo, que foi referido sempre como “honesto e

trabalhador”. O que poderia indicar uma das muitas dissonâncias entre os valores de conduta pregados pelos líderes operários, que sempre defendiam em seus textos o regramento moral e a condenação dos vícios, bem como o pensamento dos “anônimos” do movimento.

Essas aparentes contradições talvez possam ser melhor entendidas se buscarmos auxílio num “olhar antropológico”. Assim, socorro-me de algumas interpretações de Miguel Vale de Almeida, antropólogo português que estive, ao longo de um ano, estudando concepções e discursos sobre a masculinidade com a população masculina de um vilarejo do Alentejo. Mesmo considerando as distâncias que separam nossos estudos, acredito poder utilizar-me de algumas de suas interpretações sobre os códigos de masculinidade.

A primeira delas diz respeito, conforme assinalado por Almeida, a uma certa normatização dos locais e horários para a bebida que passam a ser correntemente aceitos pela comunidade masculina como apropriados. Assim, a bebida sai dos locais de trabalho e passa a ser consumida preferencialmente à noite, “o tempo do masculino”, nos bares, cafés e cabarés, “locais de lazer do masculino”, somando-se a isso uma certa liberdade, no caso do rapaz ser solteiro, não necessitando se preocupar com o sustento da família, o que lhe permite gastar mais livremente seu salário com mulheres, bebidas e jogos (ALMEIDA, 1995, p. 184-185) – situação na qual Leopoldo parece se encaixar perfeitamente, explicando-se, dessa maneira, a visão de seus colegas que percebem separadamente seu comportamento no trabalho daquele dos seus momentos de lazer.

Entretanto, entremeados à diversão, os “locais da masculinidade” são também ambientes de competição pela masculinidade e de necessidade de sua constante reafirmação. Uma das posturas que garantem essa reafirmação seria a embriaguez compartilhada, outras seriam a valentia e a capacidade de arcar com a palavra empenhada. (ALMEIDA, 1995, p. 186-187). Assim, é possível que, conforme depoimento de Maria Madalena, quando Leopoldo afirmou, na frente de seus amigos, que iria vingar-se dos colegas que estavam furando a greve, estabeleceu-se uma necessidade de cumprir o prometido, não apenas devido à sua convicção na “causa operária”, mas também para que sua masculinidade não fosse colocada em dúvida.

Já as informações sobre o padeiro assassinado (Antônio Rodrigues Lopes), revelam que ele era natural de Aveiro, Portugal, e encontrava-se em Porto Alegre há aproximadamente seis anos, devendo ter emigrado

em companhia de seu irmão, José Rodrigues Lopes, seu único familiar na cidade, sendo que ambos residiam, juntamente com outros patrícios, em uma pensão. Antônio estava com 42 anos e havia deixado mulher e dois filhos em sua terra natal, enviando-lhes regularmente uma quantia em dinheiro.⁶

Nesse ponto, parece-me importante lembrar que, conforme Julian Pitt-Reivers (1992, p. 18), “a honra – ou a conduta ditada pela honra – varia de acordo com o lugar de cada um na sociedade”; sendo assim, a noção de honra para homens casados, com famílias a sustentar, como é o caso de Antônio, provavelmente fosse diferente daquela que regia a vida do jovem Leopoldo. Possivelmente a subsistência da família pesasse, no caso de Antônio, como um traço de honorabilidade maior do que a adesão ao movimento grevista.

Tanto assim que ele já era conhecido pelos grevistas e já vinha sendo vigiado por não ter aderido aos movimentos anteriores. Essa conduta que poderia ser, na visão de seus conterrâneos, a mais acertada, era considerada como um fator de traição e desonra pelos grevistas. Dessa forma, a abordagem que lhe foi feita por Leopoldo, aparentemente, já havia sido planejada com antecedência e parecia ter algum tipo de legitimidade aos olhos dos que aderiram ao movimento.

A explicação para essa legitimidade pode residir no fato de que, como aponta Fernando Teixeira da Silva, “furar uma greve era considerado pela maioria esmagadora dos trabalhadores um ato desonroso, covarde deslealdade que deveria ser punida com escárnio e severidade”. (SILVA, 2003, p. 139). Esse autor refere-se ao caso dos trabalhadores portuários da cidade de Santos, mas parece-me uma explicação plausível também para o caso dos operários porto-alegrenses, envolvidos em situações nas quais a violência era utilizada para demarcar espaços, punir condutas consideradas desonrosas e manter a masculinidade e a respeitabilidade da categoria, mesmo que, aos olhos das autoridades policiais e da população em geral, os atos violentos pudessem ser interpretados apenas como brutalidade gratuita ou como “selvageria”.

No caso de Leopoldo, a Promotoria Pública não aceitou a argumentação de legítima defesa, apresentada por seu advogado, encaminhando a solicitação de sua condenação. Seu julgamento, marcado inicialmente para fevereiro de 1920, ocorreu apenas em outubro de 1921, sendo então condenado a dez anos e seis meses de prisão, a serem cumpridos na Casa de Correção, onde ele já se encontrava detido desde

16 de maio de 1919. A pena, no entanto, não chegou a ser cumprida integralmente, e Leopoldo foi posto em liberdade em dezembro de 1927.⁷

Venho tratando, como já foi dito, de uma sociedade marcada pelo protagonismo masculino, tanto no que diz respeito à ocupação do mercado de trabalho quanto à liderança do movimento operário. Dessa forma, mesmo que a classe operária já começasse “a ter dois sexos”,⁸ a construção da identidade operária era perpassada por códigos e valores construídos e aceitos pela parcela dominante.

Nesse sentido, é importante salientar que, neste artigo, mesmo a análise sobre a participação das mulheres no mundo operário parte de “um olhar masculino”, uma vez que os textos que a embasam, publicados na imprensa operária, foram escritos por homens falando *sobre* a “condição feminina”. Assim, como destaca Silvia Petersen, se, por um lado, essa imprensa “reconhece e denuncia a desigualdade da mulher em relação ao homem, considerando-a uma conseqüência da dominação capitalista”, por outro, “esta percepção se dá dentro do marco da dominação patriarcal e do reconhecimento de uma ‘natureza feminina’, o que se revela mesmo nas denúncias mais enfáticas que os jornais fazem sobre a opressão da mulher”. (PETERSEN, 1986, 1987, p. 86).

Mas, mesmo levando em consideração esse fator limitante da análise, não se pode perder de vista o fato de que, com o aparecimento e a expansão das novas fábricas, especialmente as têxteis e alimentícias, que passaram a utilizar em maior escala a mão-de-obra feminina, as mulheres começaram a se fazer notar cada vez mais nos espaços públicos e nos locais de trabalho, já não sendo mais possível negar a importância e as modificações que essa nova participação trouxe aos códigos identitários do mundo operário.

É importante salientar, ainda, que as mulheres porto-alegrenses começaram a entrar no mercado de trabalho no momento em que as oficinas estavam dando lugar às fábricas, e elas passaram a trabalhar em um ambiente onde as relações impessoais e o aumento da distância entre os donos das empresas e os funcionários possibilitaram o desenvolvimento de práticas que permitiam uma exploração ainda maior.

Não obstante alguns estudos precedentes mencionarem a tendência de expulsão das operárias do panorama fabril, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, a partir da década de 20 – especialmente pela vitória de concepções que enfatizavam a fragilidade de seu corpo e dos perigos morais a que estavam sujeitas no interior das fábricas⁹ –, não existe, até onde é de meu conhecimento, nenhum trabalho que tenha realizado

essa análise para o caso de Porto Alegre, e as pesquisas relacionadas às mulheres operárias no interior do Rio Grande do Sul não fazem menção à retirada ou redução significativa na mão-de-obra operária feminina a partir desse período.¹⁰

O que se pode notar, na grande maioria dos relatos da imprensa operária, no que se refere ao trabalho feminino em Porto Alegre, é o acentuado caráter de exploração a que elas estavam submetidas. Alguns exemplos nesse sentido: na fábrica *Companhia Fabril Porto-Alegrense*, três quartos dos empregados eram mulheres, trabalhando por baixos salários, em condições insalubres. Em relação a essa indústria, *A Luta* denunciou o fato de que, algumas vezes, o preço das agulhas era deduzido do já minguado salário das operárias. Além disso, a disciplina era extremamente rígida, as multas e os confiscos por faltas como atrasos, conversas durante o trabalho, ler ou subir as escadas de tamancos, variavam entre 100 e 500 mil-réis, o que representava de um a cinco meses de salário da operária. (*A LUTA*, 15/12/1906, p. 2).

Outra dessas práticas, denunciada pelo jornal *A Democracia*, era realizada pelas indústrias têxteis e consistia em exigir que as candidatas à costureira preparassem de duas a três dúzias de “amostras” de seu trabalho para deixarem para exame, informando-lhes, mais tarde, que seu trabalho tinha sido insatisfatório e que “havia sido desmanchado”. (*A DEMOCRACIA*, 28/5/1905, p. 3). Ou ainda, segundo *A Luta*, uma outra prática utilizada pela *Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense* era contratar mulheres jovens para um estágio não-remunerado de um mês e depois informá-las, no final do período, que não havia trabalho. Assim, a fábrica contratava outras “aprendizes” para substituí-las. (*A LUTA*, 1/12/1906, p. 1).

Além disso, pode-se perceber que a entrada das mulheres no mundo produtivo suscitou um amplo debate, via imprensa, sobre o novo papel da mulher e os riscos e as conseqüências dele decorrentes para a sociedade e para as famílias.

Um dos principais riscos, que já vinham sendo mencionados, de longa data, era o abandono à família. Assim, já no ano de 1897, o *Gazetinha* informava que Dona Angelina Cunha, viúva, e não tendo como sustentar a filha – moça de 18 anos – não viu outra saída a não ser empregar-se em uma fábrica. A conseqüência não se fez esperar e a filha, de nome Elvira, logo foi seduzida por um *Don Juan*. (*GAZETINHA*, 14/10/1897, p. 2).

Nesse sentido, como ressalta Maria Amélia da Silva, embora se referindo às cidades de Rio Grande e Pelotas, em caso de crime de sedução, o comportamento das mães das vítimas era um dos aspectos analisados pelas autoridades jurídicas e, dificilmente, se a vítima fosse, como na situação acima, filha de uma mulher sozinha e que trabalhasse fora, receberia ganho de causa em um processo judicial. (SILVA, 1998, p. 85-126).

No mesmo jornal foi publicado, em 1899, um outro artigo relacionando a existência de uma “malta enorme de meninos rudes e turbulentos”, em sua maioria italianos, abandonados nas ruas de Porto Alegre, com a entrada de suas mães nas novas fábricas, concluindo o articulista que “estes meninos estavam nas ruas porque não tinham ninguém em casa para educá-los”. (*GAZETINHA*, 16/1/1899, p. 1).

Além do abandono à família, a entrada das mulheres no mundo produtivo também era vista como um risco porque elas ficavam expostas às regras da conduta masculina, que poderiam ofendê-las ou até mesmo desonrá-las. Nesse sentido, um cronista do *Gazetinha* lamentava que “os pobres ouvidos castos das caixeiras do *Colombo* e do *Café Central!*” sofressem com os palavrões ou “sátiras de sarjeta”, que lhes eram ditas pelos freqüentadores daqueles estabelecimentos, concluindo que as mulheres não deveriam ser empregadas nos cafés, com o argumento de que a “mulher é fraca, não repele porque é sempre uma haste delicada, engole os mais atrevidos insultos para na solidão do quarto modesto, sem ser miserável, digeri-los com abundantes e copiosas lágrimas”. (*GAZETINHA*, 29/12/1895, p. 3).

Já entrado o século XX, *A Democracia* continuou lamentando os ultrajes sofridos pelas senhoras e meninas das classes pobres que, precisando trabalhar, encontravam-se “nas ruas, nos bondes e em outros lugares públicos, desamparadas da presença do pai, irmão ou qualquer outra companhia que imponha respeito”, denunciando que

são comuns em Porto Alegre os indivíduos bem trajados, desde fedelhos, que [...] andam a fazer *conquerants*, faltando aos mais comezinhos princípios de educação, perseguindo as mulheres desacompanhadas de homem. As vítimas desses canalhas de colarinho em pé são, na maioria dos casos, as pobres costureiras, cigareiras e empregadas em estabelecimentos industriais. (*A DEMOCRACIA*, 14/2/1907, p. 2).

A mulher, exposta a todos esses riscos, poderia não apenas sucumbir à sedução de algum *Don Juan*, ou ter seus castos ouvidos enxovalhados por palavras de baixo calão, como também poderia perder sua pureza de corpo e de alma, deixar seus filhos entregues à sorte, criados na rua e expostos à delinqüência. Havia, entretanto, um outro risco que costumava ser denunciado nas páginas dos jornais, o “feminismo”.

Segundo um texto publicado no *Gazetinha*, ainda em 1899, a “pacatíssima” capital do estado estava sofrendo com a influência de um grupo de “bem intencionados e irrefletidos que andam a falar aereamente do feminismo”. A acusação do articulista era a de que esses feministas estavam promovendo a “inconveniente exposição de três ou quatro respeitáveis senhoras de operários, fazendo-as presidir e secretariar reuniões de *marmanjos* sem que as mesmas senhoras perceberem [sic] a figura que faziam em tais casos”. E seguindo no tom de crítica perguntava: “Digam-nos os tais feministas de nova espécie, qual é a vantagem séria e honesta que advém aos homens serem substituídos por mulheres em seu serviço?” (*GAZETINHA*, 7/6/1899, p. 2).

O problema, segundo o artigo, não estava no fato de a mulher passar a ser melhor instruída ou conquistar direitos políticos, mas que ela abandonasse “os serviços que lhe competem para ir tomar conta dos que devem ser exercidos pelos marmanjos”. E, continuando em tom de aconselhamento, dizia:

Não há nada mais inconveniente do que provocar a vaidade de uma mulher. Imagine-se o seguinte: qualquer senhora de operário é escolhida hoje para ser presidente ou secretária em determinada reunião; vai a esta e, na certa, faz fiasco, visto faltar-lhe o conhecimento *do que são estas trapalhadas* ou porque, o que é muito comum, em virtude de seus afazeres domésticos, desde que se casou abandonou a dedicação à leitura e à escrita. (*GAZETINHA*, 7/6/1899, p. 2).

Ainda na opinião desse articulista, apesar dos elogios que pudessem ser recebidos, a mulher que porventura participasse dessas reuniões, logo perceberia que poderia ter se saído melhor e, em casa, começaria a preparar-se para a próxima sessão, escrevendo o discurso e decorando-o com afinco. Aí iniciar-se-ia um novo problema, pois

[...] se tem alguma inteligência, o transtorno quanto aos serviços domésticos não é muito grande; porém se não é dotada de tal felicidade... aí está o diabo na casa. Pode o filhinho de peito estar a chorar, *mamã, mimica*, horas e horas; podem as piugas [sic] do marido estar em petição de miséria a reclamar, ao menos uns *pontos de marinheiro*; pode o feijão estar torrando na panela; podem faltar na capinha da filha mais velha uns *pés de galinha* que, qual! a presidente ou secretária não tem tempo para estas coisas, está estudando um discurso ou praticando em leituras e feitura de atas. (GAZETINHA, 7/6/1899, p. 2).

E outro grande inconveniente:

[...] quando o esposo voltar da oficina, ao meio-dia, há de ouvir, provavelmente estas palavras: “– Olha, meu velho, vai ali à venda e compra dois tortões de salame, quatro vinténs de queijo e um pão, porque eu ainda não tive tempo de preparar a comida. Está me custando decorar este pedaço de discurso”. (GAZETINHA, 7/6/1899, p. 2).

Na conclusão do artigo mais um conselho: “Promova-se a instrução da mulher, porém nunca a sua vaidade.” E ainda, um último aviso: “Isso de andar a virar a cabeça de senhoras de operários, e convencê-las de sua aptidão para substituir os homens, é *engrossamento* muito prejudicial aos próprios interesses dos trabalhadores. [...] Essas vossas brincadeiras bem vos podem sair caras, amanhã ou depois...” (GAZETINHA, 7/6/1899, p. 2).

Esse artigo ajuda a perceber um conflito predominante da época, não apenas a respeito do papel da mulher na sociedade e na família, mas também em relação à sua participação nas associações operárias. Segundo o texto, atribuir tarefas às mulheres participantes das reuniões sindicais era, ao mesmo tempo, alimentar-lhes a vaidade e prejudicar o bom andamento da vida familiar porque elas, desacostumadas à leitura e à escrita, na certa se sairiam mal em suas novas atribuições e teriam que compensar sua falta de preparo descuidando-se da família, sua vocação natural. Além disso, o articulista condenava o fato de essas mulheres virem a substituir o elemento masculino em algumas das tarefas tidas como naturalmente competentes aos homens.

Nesse sentido, Petersen aponta para uma contradição persistente na imprensa operária que, por um lado, denuncia as “várias faces da discriminação do trabalho da mulher, bem como reconhece que a libertação da mulher passa pela conquista de seus próprios meios de subsistência”, e, por outro, vem “acompanhada da apreensão que tal trabalho representa ao masculino”. Essa contradição, ainda segundo Petersen, revela-se especialmente na defesa de idéias como: “o lugar da mulher é o lar, do qual não deve ser ‘arrancada’, a mulher pode aceitar menores salários por ‘encontrar em seu sexo meios complementares de existência’, a mulher sempre pode viver com muito menos do que o homem, pois suas necessidades [ou obrigações] são menores”. (PETERSEN, 1986, 1987, p. 89).

Esse não é, entretanto, um pensamento restrito ao movimento operário porto-alegrense. Pelo contrário, é possível encontrar, em estudos sobre a organização sindical no final do século XIX, reiteradas menções a uma “oposição universal” à participação da mulher. Nesse sentido, conforme assinala Rachel Soihet, referindo-se ao caso dos norte-americanos e franceses,

[...] muitos sindicatos funcionavam como clubes masculinos, cujos membros consideravam que a presença feminina impediria a sua liberdade. E o assédio sexual, tanto por parte dos supervisores quanto dos colegas de trabalho, constituiu uma séria afronta que as mulheres trabalhadoras tiveram que suportar e que contribuiu para que se sentissem indesejadas nos “espaços de homens”. (SOIHE, 1997, p. 286).

Mas, se o articulista gaúcho pensava em conformidade com o “espírito da época”, pode-se perceber, contudo, que seu texto incentivava, ou ao menos não desaprovava, que as mulheres fossem instruídas. Nesse sentido, cabe destacar uma das particularidades da construção da imagem feminina no Rio Grande do Sul: sob fortes influências do ideário positivista da época, conferia-se à mulher uma “superioridade espiritual” sobre os homens, atribuindo-lhe, como funções fundamentais, a maternidade, a guarda do lar e a instrução dos filhos, garantindo, assim, não apenas a manutenção da espécie, mas também “o desenvolvimento moral da humanidade através da educação”.¹¹

Entretanto, a importância do papel educativo da mulher no interior da família não é monopólio do pensamento positivista. Essa

visão foi reafirmada ao longo do período também pelas lideranças anarquistas e socialistas. Assim, percebe-se que, se a participação feminina muitas vezes era vista com restrição no meio operário, por outro lado havia uma quase unanimidade em defesa da educação das mulheres, que viria a se refletir na formação emancipadora dos “homens do futuro”.

Ilustrativo, nesse sentido, é um artigo enviado de Portugal pelo jornalista e militante anarquista Pinto Quartim, publicado em *A Luta*. O texto iniciava com indagações: “Quereis ser livres, mulheres? Quereis sorver o prazer inefável da liberdade? Quereis enfim viver?” À essas questões a resposta inevitável: “– Instruí-vos! Procurai a verdade, e quando de posse d’ela sereis livres e sereis felizes.” E exortava ainda que as mulheres passassem a fazer novas escolhas em suas vidas: “Aos requintes da moda, ao luxo dos vestidos e aos prazeres mundanos, preferi os requintes da bondade, o luxo do coração e os prazeres da ‘vida intelectual’.”

Entretanto, os “prazeres da vida intelectual” deveriam ser colocados a serviço de uma causa maior, e assim seguia o articulista explicando: “A vossa missão, mulheres é de uma tal grandeza que a vossa ignorância vos não permite sequer imaginá-la.” Essa missão estaria ligada diretamente ao poder da mulher de transformar a vida da humanidade futura. Quartim explicava essa questão de maneira bastante didática: “Não sois vós que, primeiro com a seiva de vosso sangue, depois com o leite de vosso seio, dai vida aos filhos da vossa alma? Não sois vós, enfim, que criais, formais e educais as crianças que serão mais tarde homens?”

E concluía:

Pois bem! Se educardes os vossos filhos na opressão, torná-los-ei escravos. Se os educardes no amor, torná-los-ei homens livres. Cultivai, pois, mulheres, o vosso cérebro para que vos emancipeis da tutela do homem, e com cuidado aplicai-vos à Arte da Educação para que possais educar vossos filhos de forma a fazê-los felizes. (*A LUTA*, 6/1/1908, p. 3).

Um detalhe importante: esse texto foi publicado na edição comemorativa ao Primeiro de Maio de 1908 e, pela importância da data no calendário operário, pode-se imaginar que as mulheres estavam ocupando um papel cada vez mais destacado nas discussões e no pensamento das lideranças operárias. Ainda em 1908, um outro texto abordou o assunto. Nesse caso tratava-se da tradução de um artigo de Kropotkin, no qual o anarquista russo defendia a idéia de que “emancipar

a mulher é libertá-la do trabalho bestificante da cozinha e da pia; é organizar-se de maneira a permitir-lhe criar e educar os filhos como melhor lhe parecer, bem que conservando bastante vagar para tomar a sua parte na vida social”.

Nesse texto, apesar da referência ao papel da mulher como educadora, já havia uma nova questão que parecia estar preocupando os líderes anarquistas: o papel de homens e mulheres em uma sociedade emancipada.

Nesses termos Kropotkin colocava o problema:

Sabemos que uma revolução que se embriaga com as belas palavras de Igualdade, Liberdade e Solidariedade se bem que mantendo a escravidão no lar, não será a Revolução. A metade da humanidade agüentando a escravidão do fogão, da cozinha, ainda teria que se revoltar contra a outra metade. (*A LUTA*, 26/9/1908, p. 3).

Nesse sentido, é interessante perceber que os líderes operários porto-alegrenses já vinham também, em alguns momentos, realizando um *mea culpa* em relação à pouca importância conferida à mulher em seu trabalho de propaganda operária, e esse foi o tema do discurso proferido por Pedro Tácito Pires, realizado durante as comemorações do segundo aniversário da *Liga Operária Internacional*, ainda em 1897.

Depois de salientar o sucesso alcançado com a propaganda operária nos dois primeiros anos de existência da entidade, o orador ponderou que essa ainda era “imperfeita e incompleta”, pois não havia sido feito o “mais necessário – a propaganda para a mulher”. Seguindo em sua exposição, dizia: “Do homem muito precisamos é o elemento atual para a luta; da mulher muito mais – pois será a preparadora de novos e mais poderosos elementos, será a construtora do edifício do futuro. Mas como aproveitar esse elemento? Como preparar a mulher para a nossa luta?”

A resposta a essa pergunta:

Basta unicamente uma coisa: não lhe ocultemos os nossos sofrimentos, não encavernemos [sic] em nossos peitos os gemidos quando as urzes da estrada tortuosa da vida rasgando-nos as carnes; gemamos de forma que ela possa ouvir os nossos ais, choremos de forma que ela possa ver nossas lágrimas! Operários companheiros, não oculteis do seio da família nem as dificuldades com que lutais, nem as explorações de que sois vítimas, nem os aviltamentos a que estais sujeitos muitas vezes. (*GAZETINHA*, 21/11/1897, p. 1-2).

O orador propunha, portanto, uma conduta que parecia ir à contramão do pensamento corrente, a de que os operários deveriam compartilhar com suas esposas os sofrimentos e as angústias de que eram vítimas, abrindo mão da imagem de “fortalezas inexpugnáveis”, de provedores e mantenedores da família, para que, dessa forma, as mulheres pudessem não apenas compartilhar seus sofrimentos, passando a entendê-los mais profundamente, mas também para que elas perdessem as ilusões quanto ao sistema capitalista e passassem a vê-lo como o responsável, em última instância, pela miséria em que viviam suas famílias.

Alguns anos mais tarde, *A Luta* publicou um artigo com o sugestivo título de “O motivo porque o homem é violento”, onde, por um lado, procurava explicar ao público feminino que os homens desgraçados, arruinados e aflitos,

[...] não poderão ser bons, doces, pacíficos, tratáveis, eles que, na sua loteria da vida, jamais acertaram num número feliz. Eles, para quem as decepções e os pesares são o pão de cada dia. Eles que a existência passam torcendo as mãos na força do desespero, [pois] o seu coração transborda de ressentimento e a sua boca está sempre apta para o insulto, a grosseria.

E, por outro, pedia que as mulheres, “companheiras queridas destes pobres desgraçados”, fossem indulgentes com os seus maridos e compreendessem que “se eles algumas vezes vos maltratam, a culpa não é inteiramente sua, mas também do meio social que os humilha, que os faz sofrer silenciosamente”. (*A LUTA*, 8/3/1908, p. 2).

Esses eram textos dirigidos àquelas mulheres que ainda não haviam entrado ou, devido ao casamento e ao crescimento da família, haviam se retirado do mercado de trabalho. Sua principal característica era o aspecto pedagógico de que se revestiam, buscando mostrar às esposas dos operários as mazelas do trabalho e da sociedade capitalista na qual todos estavam inseridos.

Por outro lado, não podemos deixar de perceber que o aumento do número de mulheres operárias acabou por tornar inevitável seu reconhecimento, tanto no mundo produtivo quanto no movimento operário, e o fato de trabalhar fora, por mais que fosse criticado por alguns setores da sociedade, também começou a aparecer como um fator dignificador que estendia às mulheres a honorabilidade do trabalho.

Dessa forma, em 1901, o jornal socialista *Avante* já havia publicado que “como parte integrante da sociedade e como membro produtor, a mulher tem o direito de intervir na vida pública do país e de exercer todas as profissões”. Reconhecendo as mulheres como “vítimas de imensas injustiças”, reivindicava a “garantia de direitos civis e políticos para as mulheres”. (*AVANTE*, 24/2/1901, p. 2).

Os anarquistas porto-alegrenses também publicaram um artigo em defesa das mulheres trabalhadoras, orientando-as para que não permitissem que os capitalistas as fizessem trabalhar igual aos homens, ganhando salários mais baixos e exortando os homens para que não vivessem desocupados e cheios de vícios, explorando suas mulheres e defendendo ainda a educação para as mulheres e que não lhes fosse negado o direito à voz em questões de sua incumbência direta. (*A LUTA*, 2/1/1907, p. 2).

Além disso, os anarquistas publicaram, também n’*A LUTA*, um texto no qual a exploração capitalista era denunciada através do trabalho feminino. Nele, uma costureira, símbolo da mulher operária, era usada como exemplo da contradição de interesses em relação às mulheres das classes abastadas.

Dizia o texto:

[...] o último [suspiro] talvez daqueles pobres pulmões que não puderam resistir ao peso de tantos vestidos de noivas abastadas! A verdade é que surpreendemos no trabalho um cadáver! Ah, alegre desposada! Como não ficarás quando souberes amanhã que o teu alvo vestido foi manchado pelo fio de sangue onde o patologista encontrará os indícios do bacilo de Koch? (*A LUTA*, 15/12/1906, p. 2).

Portanto, na virada do século XIX para o XX, já não havia mais como ignorar a presença das mulheres no mundo produtivo e não foram apenas as lideranças operárias que se ocuparam delas em seus escritos. Pode-se verificar, nesse período, uma verdadeira disputa, travada por amplos setores, em torno da imagem e do papel a ser desempenhado pelas mulheres diante dessa nova realidade.

Ilustrativo dessa situação foi a construção de uma imagem de “heroína cívica”, realizada pelo jornal *A Federação*, em relação a uma das operárias da indústria têxtil da cidade, devido ao fato de ela ter terminado seu relacionamento com o namorado, porque ele estava participando da

greve de 1906. Nesse texto, a jovem era elogiada por nunca ter deixado o trabalho durante a greve, “apesar de todas as ameaças dos grevistas”. (*A FEDERAÇÃO*, 23/10/1906, p. 2).

Conforme análise de Joan Bak

Esta jovem [...] se tornou um modelo de virtude cívica porque colocou sua obrigação de empregada, seu trabalho e a ordem pública acima de seu amor por um homem. Confrontada com as reclamações de lealdade pública e pessoal, ela não escolheu a lealdade pessoal, que por tradição deveria ficar em primeiro lugar para as mulheres, mas as “lealdades mais altas”, inerentes à sua nova posição no reino público do mercado de trabalho e do dever cívico. É bem possível, porém, que a decisão desta jovem tenha sido ditada, na realidade, pela sua necessidade de salário para ajudar a sustentar seus pais e irmãos. (BAK, 2004, p. 216).

Ainda durante a greve de 1906, a imprensa comercial da cidade apresentou um outro exemplo de virtude da mulher trabalhadora. O *Correio do Povo* publicou que, em uma fábrica de doces, duas jovens operárias chamavam pela janela seus colegas homens, que estavam fora, para que eles voltassem ao trabalho. A moral, segundo o articulista, era de que “as moças estão dando o exemplo de coragem e de amor ao trabalho ao sexo forte”. (*CORREIO DO POVO*, 13/10/1906, p. 2).

Nessas imagens, as mulheres adquiriam a virtude de coragem, tradicionalmente vista como masculina, mas sua postura permanecia tradicionalmente “feminina”. Elas continuavam fechadas dentro da fábrica, como se estivessem em casa. A fábrica tornou-se um lugar seguro dos perigos da rua. Entretanto, no contexto da greve de 1906, a hierarquia tradicional de gênero foi parcialmente invertida, as mulheres que não aderiram à greve foram classificadas como trabalhadoras, corajosas e exemplos a serem seguidos, e a imagem comum da fábrica, como sendo hostil à mulher ou favorável à promiscuidade sexual, foi (ao menos momentaneamente) deixada de lado. (BAK, 2004, p. 216).

Some-se a isso o fato de que, nessa época, alguns setores da economia começavam a se especializar no atendimento às mulheres e, nesse caso, o trabalho feminino podia ser utilizado como um fator publicitário. Esse é o exemplo da *Fábrica de roupa branca de GUELPHO ZANIRATTI*. Conforme seu anúncio, essa fábrica dispunha de “hábeis costureiras e duas especialíssimas mestras” e por isso estava em “condições

de atender a todas e quaisquer encomendas que lhe fo[ssem] dirigidas”, destacando ainda que “na seção de senhoras, as exmas. famílias encontrarão pessoa do seu sexo com quem se entenderão relativamente às encomendas”. (*GAZETINHA*, 5/3/1896, p. 4).

Portanto, tratava-se de um momento em que as mulheres passavam a ocupar, ainda que de forma discreta, espaços predominantemente masculinos. Essa nova realidade acabou por marcar a construção identitária do operariado da cidade. Entretanto, não podemos esquecer que a identidade feminina era assinalada por uma visão social essencialmente masculina que influía, tanto na maneira como as mulheres eram reconhecidas como operárias quanto em suas ações objetivas de pertencimento ao operariado.

Dessa forma, a identidade de operária estava intimamente ligada à identidade de gênero; isso significa dizer que, enquanto para os homens a conduta violenta podia ser percebida como um fator de reforço à masculinidade relacionada à construção de sua identidade operária, para as mulheres operárias a conduta socialmente aceita estava impregnada dos cânones da época, definidores da “feminilidade”. Ou seja, delas esperava-se e exaltava-se a graça, o recato, a delicadeza e a manifestação pública de “forma feminina” ou socialmente aceita como “feminina”, em suas participações nos *meetings*, passeatas, protestos, elas apareciam cantando, declamando poesias, distribuindo flores, portando laços e fitas, levando consigo bandeiras e estandartes (bordados previamente por mãos femininas) e carregando seus filhos. Dessa forma, as mulheres contribuía para a publicização do movimento tornando-o mais bonito e, até mesmo, socialmente aceitável.

Nesse sentido, a imprensa fornece, desde o final do século XIX, exemplos desse tipo de participação das mulheres, geralmente “senhoritas”, em atos públicos, festas ou solenidades do trabalho, especialmente nas comemorações do Primeiro de Maio. Um deles foi a participação, em 1897, da “graciosa jovem” Elisa Sonnenstrahl, pronunciando um discurso durante as comemorações alusivas à data.

Segundo o *Gazetinha*, “o discurso [...] foi um verdadeiro sucesso, provocando extraordinários aplausos, chegando o entusiasmo às raias do delírio”.

A oradora

versou sobre o atual movimento operário tendente a extinguir os prejuízos sociais existentes; no seu decorrer, a distinta e gentil oradora aludiu à independência da mulher, e de maneira tão eloqüente o fez que os victores [sic] irromperam ruidosos da enorme multidão que a escutava silenciosamente.

Mas sua participação não se restringiu a esse discurso. No mesmo dia, já em um outro ponto da cidade, a oradora e uma outra moça, Leopoldina Schacherslehner, discursaram e depois recitaram “magníficas poesias de propaganda socialista, sendo aplaudidas delirantemente”. (*GAZETINHA*, 6/5/1897, p. 1-2).

Não é possível perceber a continuidade da participação dessas moças nas atividades públicas do movimento operário ao longo dos anos. O que se sabe, no entanto, é que a senhorita Leopoldina Schacherslehner tornou-se, no ano de 1898, a Senhora Xavier da Costa,¹² (SCHMIDT, 2002, p. 103) e esse relacionamento, provavelmente, fez com que ela estreitasse seus laços com o grupo de militantes socialistas da cidade.

Também em momentos como a greve de 1906, as mulheres acabaram por se destacar publicamente. Muitos observadores das passeatas e *meetings*, realizados durante essa greve, ficaram surpresos ao ver a grande quantidade de mulheres entre os manifestantes. O jornal *Correio do Povo*, por exemplo, chegou a definir o número de mulheres participantes do movimento como “enorme”. (*CORREIO DO POVO*, 11/10/1906, p. 1).

O movimento grevista havia começado basicamente com a participação de homens de variadas categorias profissionais – inicialmente com os marmoristas e espalhando-se entre metalúrgicos e trabalhadores em madeira, pedreiros e fabricantes de chapéus – mas foi com a adesão das operárias das indústrias têxteis, do vestuário e de doces, que o movimento se generalizou. (*PETIT JOURNAL*, 4/10/1906, p. 2).

Além disso, através de suas demonstrações de apoio ao movimento, as mulheres contribuíram para que a greve ganhasse uma nova dimensão pública: algumas operárias passaram a teatralizar sua adesão ao movimento rasgando seus vestidos e fazendo topes vermelhos que usavam orgulhosamente no peito, como símbolo de adesão à luta, outras marcharam juntas pelas ruas da cidade levando um estandarte vermelho, reivindicando a jornada de oito horas de trabalho.

Essas são situações demonstrativas de que as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais

são representadas. A utilização de diferentes símbolos, como ramalhetes de flores, laços vermelhos, bandeiras e estandartes e o emprego de uma determinada linguagem podem, dessa maneira, ser consideradas como manifestações de uma identidade operária em construção, teatralizada e apresentada publicamente, mas podem demonstrar, além disso, as distintas percepções de como homens e mulheres deveriam construir sua identidade operária, a partir das diferenças na constituição de suas identidades de gênero.

Voltando à greve de 1906, no decorrer do movimento, as operárias apareceram repetidamente em comícios e reuniões e falaram a multidões reunidas. E uma “senhorita” chegou a realizar uma palestra sobre as vitórias da classe trabalhadora em outros países. Outras aceitaram os riscos de serem identificadas e, antes de grandes comícios, agradeciam aos líderes operários, especialmente Carlos Cavaco e Xavier da Costa, por seus esforços em defesa dos trabalhadores, presenteando-os com ramalhetes de flores. (BAK, 2004, p. 210-212; SCHMIDT, 2002, p. 245-247).

Essas participações femininas se tornaram um ritual durante a greve e para algumas moças acabaram tendo conseqüências sérias: algumas foram chamadas à Delegacia de Polícia, acusadas de tentar impedir que suas companheiras trabalhassem. (*JORNAL DO COMÉRCIO*, 14/10/1906, p. 1) e pelo menos uma acabou sendo demitida da fábrica onde trabalhava. (*PETIT JOURNAL*, 6/10/1906, p. 1).

Ao longo da greve, os líderes operários também compreenderam a importância das mulheres participarem do movimento; Carlos Cavaco chegou a convidar suas irmãs a tomarem parte em algumas das atividades públicas. Assim, no dia 8 de outubro, por ocasião de um discurso no Salão 1º de Maio, no Bairro Navegantes, “as senhoritas Rosina, Magdalena e Matilde, ostentando flores vermelhas no peito, estavam entre as operárias sendo saudadas a cada momento. E ainda, segundo o *Petit Journal*, “a despedida entre as três senhoritas e as moças operárias foi tocante: enquanto elas se beijavam mutuamente, a multidão erguia vivas e batia palmas no maior entusiasmo”. (*PETIT JOURNAL*, 9/10/1906, p. 2).

Contudo, o que algumas operárias não observaram é que a principal reivindicação dos grevistas: a redução da jornada de trabalho, poderia afetar negativamente sua vida. A resposta dos donos de uma fábrica de gravatas a essa reivindicação foi a de que elas poderiam trabalhar até duas horas por dia se quisessem, “porque elas eram pagas por peças”.

(*CORREIO DO POVO*, 9/10/1906, p. 1). Em relação a esse fato, Joan Bak pondera:

Esta resposta deixava claro que o pedido de oito horas diárias por parte das mulheres não fazia sentido, porque não refletia as condições objetivas de suas próprias vidas de trabalho. [...] Estas mulheres perceberam abruptamente que sua posição na estrutura de classes emergente as separava dos trabalhadores (masculinos e femininos) que eram pagos por dia ou por hora. Dessa forma, abandonaram a greve. Apesar de alguns trabalhadores ainda serem pagos por tarefas, os artesãos tinham habilidades com as quais podiam barganhar, enquanto que as mulheres que não tinham ofício não podiam. (BAK, 2004, p. 212-213).

No final da primeira semana de greve, os líderes do movimento já haviam resolvido esse equívoco, especificando, nas negociações com o patronato, que os valores pagos por tarefa deveriam aumentar para que a adoção da jornada de oito horas não significasse perda para as operárias. (*PETIT JOURNAL*, 11/10/1906, p. 2).

Dessa forma, mesmo que a participação feminina no movimento operário ainda fosse muito incipiente, e que o reconhecimento de sua situação no mercado de trabalho, como esse de 1906, ocorresse em casos isolados, pode-se perceber que a entrada das mulheres no mundo produtivo suscitou o aumento de sua convivência com os homens no interior das fábricas, nas ruas e nos bondes da cidade, e o fato de estarem lado a lado em passeatas, manifestações e momentos comemorativos, etc. contribuiu significativamente para a transformação das tradicionais atribuições de gênero – uma vez que muitas das relações familiares patriarcais continuaram sendo mantidas no interior das fábricas –,¹³ ao menos para dar visibilidade a uma parcela crescente de operárias, que traziam para o interior do mundo do trabalho, além de novas demandas e reivindicações, a transformação das formas reivindicativas, influenciadas por sua identidade de gênero.

Assim, a entrada das mulheres no mundo operário significou não apenas o aumento do número de trabalhadores e novas formas de concorrência, mas também novas possibilidades de cooperação, novas maneiras de representar simbolicamente a luta operária e novas perspectivas na construção da identidade operária da cidade.

Notas

¹ (Custódio) Carlos Araújo Cavaco nasceu em Santana do Livramento, no ano de 1878. Muito cedo ficou órfão de pai e aos 15 anos incorporou-se às colunas maragatas no decorrer da Revolução Federalista (1893-1895). No ano de 1904, mudou-se para Porto Alegre e dedicando-se à poesia e à oratória, participou de rodas literárias e artísticas da cidade e escreveu para jornais. Mais tarde, já casado com Rosita Lupe, tentou a sorte de poeta e escritor principiante também no Rio de Janeiro; ao que tudo indica, não sendo muito bem-sucedido, regressou a Porto Alegre onde, ao mesmo tempo em que escrevia para o *Correio do Povo* e secretariava o *Petit Journal*, também participava como inflamado orador nos *meetings* operários de outubro de 1906. Cavaco é um dos personagens do estudo histórico-biográfico realizado por SCHMIDT, *O patriarca e o tribuno...* Tese de Doutorado, publicada no livro: *Em busca da Terra da Promissão: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

² Essa é a primeira greve geral do Estado do Rio Grande do Sul; as fontes jornalísticas estimam que entre dois e cinco mil operários porto-alegrenses paralisaram suas atividades por 21 dias, durante o mês de outubro de 1906.

³ Segundo o *Petit Journal*, 24/9/1906, “a cada instante, o orador recebia aplausos e vivas da multidão”.

⁴ *Processo-crime* 1.029, Maço: 67, Estante 29. Réu: Leopoldo Silva, Porto Alegre, 1919.

⁵ Essas características dos “locais do masculino” e das “casas de homens” são discutidas por JARDIM, Denise Fagundes. *De bar em bar: identidade masculina e auto-segregação entre homens de classes populares*. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 1991. Ver também: LEWGOY, Bernardo.

Os cafés na vida urbana de Porto Alegre (1920-1940): as transformações em um espaço de sociabilidade do masculino. In: LEAL, Ondina Fachel (Org.). *Cultura e identidade masculina. Cadernos de Antropologia*, Porto Alegre, PPG Antropologia Social, UFRGS, p. 61-80, 1992.

⁶ Conforme declaração de José Rodrigues Lopes. *Processo-crime...*, p. 72 e 78-81.

⁷ Conforme, respectivamente: Termo de Julgamento. *Processo-crime...*, p. 138, recibo de Entrega à Casa de Correção, p. 141 e Comunicado da Casa de Correção. *Processo-crime...*, p. 145.

⁸ Expressão utilizada por SOUZA, Elisabeth Lobo. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991. Em um trabalho tratando do movimento operário brasileiro nas décadas de 70 e 80.

⁹ Nesse sentido, ver especialmente: PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na construção do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

¹⁰ Como os estudos de SILVA, Maria Amélia Gonçalves da. *Rompendo o silêncio: mulheres operárias em Pelotas e Rio Grande (1890-1920)*. 1998. Dissertação (Mestrado) – PPGH/PUCRS, Porto Alegre, 1998, e MACHADO, Maria Abel. *Mulheres sem rosto: operárias de Caxias do Sul, 1900-1950*. Caxias do Sul: Maneco, 1998.

¹¹ A respeito da influência do positivismo no ideário sobre “o feminino”, na época, ver: ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: a moral e o imaginário (1889-1930)*. Porto Alegre: Edipucrs, 1995; e LEAL, Elizabete da Costa. *O positivismo, o Partido Republicano,*

a moral e a mulher (1891-1913). 1996. Dissertação (Mestrado) – PPGH/UFRGS, Porto Alegre, 1996.

¹² Francisco Xavier da Costa, litógrafo de profissão, foi uma das mais importantes lideranças socialistas desse período e, a partir de 1912, passou a fazer parte do *Partido Republicano Rio-Grandense*

(PRR), sendo indicado para Conselheiro Municipal. Ver estudo histórico-biográfico de SCHMIDT, Benito. Op. cit.

¹³ A esse respeito ver PAOLI, Maria Célia. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, USP, p. 17-41, 1992.

Referências

- ALMEIDA, Miguel Vale. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.
- BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação da identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em Porto Alegre. *Métis: História e Cultura – Revista de História da Universidade de Caxias do Sul*, Caxias do Sul, Educus, v. 2, n. 4, jul./dez. 2003.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina revisitada. In: LINS, Daniel. *A dominação masculina revisitada*. Campinas: Papirus, 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho. (RS-1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PETERSEN, Sílvia. A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX. *R. Hist.*, Porto Alegre, n. 1, 1986, 1987.
- PITT-REIVERS, Julian. A doença da honra. In: GAUTHERON, Marie. *A honra: imagem de si ou dom de si: um ideal equívoco*. Porto Alegre: L&PM, 1992.
- SCHMIDT, Benito. O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961). 2002. Tese (Doutorado) – Departamento de História do IFCH da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da História*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entre-guerras*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.
- SILVA, Maria Amélia Gonçalves da. *Rompendo o silêncio: mulheres operárias em Pelotas e Rio Grande (1890-1920)*. 1998. Dissertação (Mestrado) – PPGH/PUCRS, Porto Alegre, 1998.
- SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.